

União formaliza rolagem da dívida com onze estados

Pública

Onze estados (Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Ceará, Amazonas e Pará) assinam hoje, em cerimônia às 11h no Ministério da Fazenda, os primeiros termos de compromisso do refinanciamento de suas dívidas com a União, restabelecendo o pagamento de uma dívida de 20,6 bilhões de dólares com os bancos federais. Os governadores de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho (PMDB), e do Ceará, Ciro Gomes (PSDB), já confirmaram presença em Brasília, depois de alguns meses de difícil negociação em que Fleury, principalmente, contestou com firmeza a dívida do estado.

O Governo do Rio, que deve 1,1 bilhão de dólares, acertou ontem os detalhes do refinanciamento. "Depois que acertamos a dívida do Metrô ficou fácil", comentou o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Clóvis Carvalho. Segundo disse, com o refinanciamento, a equipe econômica conseguiu fechar mais um dos seis pontos principais do Plano de Ação Imediata (PAI), destinado ao reordenamento das finanças públicas. "Já concluímos o corte de gastos, demos início à recuperação da Receita e estamos melhorando o relacionamento com estados e municípios. Faltam agora as medidas relativas aos bancos estaduais e federais e a aceleração da privatização".

Alongamento — Com a assinatura do termo de compromisso, os 11 estados terão o prazo de vencimento de seus débitos com a União alongado por 20 anos. Pelos contratos originais, o prazo de pagamento era bem inferior a 240 meses. Outra vantagem para os estados é que os juros da dívida serão recalculados com base num valor médio dos contratos originais de financiamento. A partir de agora, quem acertar com o Governo Federal poderá conseguir novos avais para financiamentos externos.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda explicou que o acerto com os estados permitirá o restabelecimento de uma relação "sadia" entre União e estados, que há vários anos vinham realizando pagamentos irregulares ou simplesmente não pagando nada ao Governo. Para se ter uma idéia do nível de inadimplência, a dívida dos estados com a União cresceu 2,2 bilhões de dólares de setembro de 1991 a janeiro de 1993.

Cinco estados, entre eles o Rio de Janeiro, estavam em dia com o pagamento da dívida. Por isso, terão um desconto de 40 por cento nas primeiras prestações após a assinatura dos contratos definitivos. Os demais serão obrigados a pagar hoje parcela de 38 milhões de dólares à Caixa Econômica Federal, credora de 50 por cento da dívida dos estados.